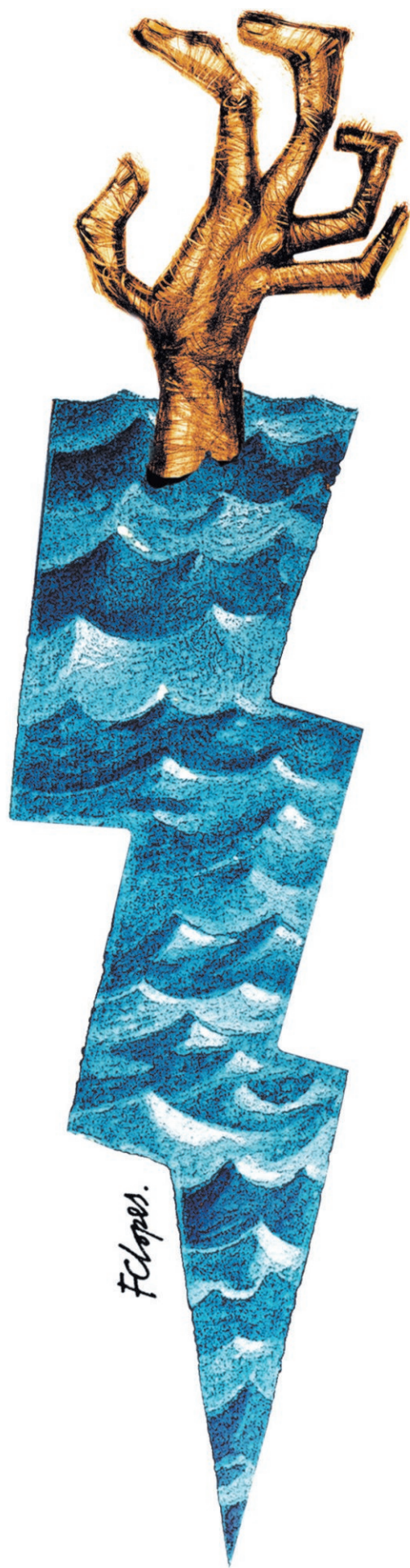


Belo Monte e as eleições

» ANDRÉ VILLAS-BÔAS
Secretário executivo do Instituto Socioambiental (ISA)



A hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira (PA), maior obra de infraestrutura em andamento no país, com valor total que chega a quase R\$ 30 bilhões e viabilizada pelo maior empréstimo do BNDES já feito na história, passou pelo debate eleitoral íleso. Apesar dos problemas a ela associados, nenhum dos candidatos com maior exposição midiática tratou de questões espinhosas sobre a condução das compensações ambientais do empreendimento.

Marina Silva, comumente associada às pautas ambientais, limitou-se a afirmar que iria realizar “auditoria” no empreendimento. Aécio Neves, ao ser perguntado sobre a condução da obra pelo governo Dilma, criticou a gestão do setor elétrico como um todo, sem criticar a usina em si nem tratar dos impactos às populações afetadas. Pelo contrário, seu assessor para a área ambiental afirmou que usinas a fio d’água, sem grandes reservatórios, comprometem o futuro das gerações. Ou seja, para ele, a Amazônia e suas riquezas sociais e ambientais estariam melhor embaixo d’água.

Já Dilma Rousseff defende a obra como um “exemplo” nas propagandas eleitorais. O governo afirma que quase R\$ 4 bilhões serão investidos em compensações socioambientais. Mas ninguém conhece a distribuição orçamentária dos recursos. O BNDES, banco público que financia mais de 80% da obra, inclusive as ações de compensação socioambiental, nega-se sistematicamente a publicar a informação sobre o orçamento e sua execução, alegando sigilo bancário.

Em meio à falta de transparência, desenha-se cenário de desrespeito geral às medidas de controle de impactos socioambientais, resultando no acúmulo de R\$ 15 milhões em multas ambientais. Algumas das mais importantes ações antecipatórias não foram entregues até hoje, mais de três anos depois do início de sua construção. Essas obras deveriam ter sido realizadas antes do da implantação da usina para garantir que a região estivesse preparada para receber o mais impactante empreendimento do país.

O caso mais grave é o da saúde. O plano ambiental aprovado obriga a construção de três hospitais para dar conta do aumento populacional. Nenhum deles foi concluído até o momento. A capacidade de levantar uma megabarragem de 90 metros de altura não se replica na capacidade de entrega de serviços básicos para a população atingida pelo impacto da construção.

O sistema de saneamento básico não possui nenhuma perspectiva de efetivo funcionamento nos próximos anos. A concessionária da obra, a Norte Energia, tem a

obrigação de implantar 100% do abastecimento de água e esgotamento sanitário em Altamira e localidades vizinhas para evitar a piora da qualidade da água do Rio Xingu com o barramento. Depois de atraso de dois anos, a empresa começou a implantar as tubulações, mas se recusa a realizar os ramais domiciliares, que permitirão conectar as casas ao sistema. Sem essa parcela essencial da obra, que custaria mais de R\$ 100 milhões, a população de Altamira não tem previsão de quando terá água e esgoto tratados.

Outro problema grave é a ausência da lista dos atingidos na área urbana de Altamira que têm direito a compensações. O Cadastro Socioeconômico não está pronto, segundo informação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) enviada em resposta à Lei de Acesso à Informação. O procedimento de reassentamento da população que mora em áreas a serem alagadas está sendo realizado sem se saber quantos mais terão de se mudar, e sem a clareza, pela população, das implicações em escolher se aceita como compensação a opção de uma indenização ou a de uma casa nova. É o cenário do pneu trocado com o carro andando.

A isso se somam os impactos às florestas. Dados recentes da organização Imazon confirmam a retomada acelerada no ritmo de desmatamento na Amazônia. O município de Altamira aparece como um dos mais preocupantes focos, e muito devido ao conjunto de obras de infraestrutura na região. Apesar desse cenário, as ações de prevenção e controle do aumento do desmatamento na região afetada pela usina estão atrasadas. As condicionantes relacionadas à proteção das terras indígenas atingidas pela obra estavam sendo totalmente descumpridas pelo empreendedor, ao menos até abril deste ano, segundo a Justiça Federal, o que se soma ao atraso na execução de um plano de fiscalização de caráter preventivo. Resultado: pela primeira vez em cinco anos, cresceu o desmatamento ilegal na região, segundo dados do governo de 2013.

Este é o momento de cobrar de ambos os candidatos o reconhecimento da necessidade de avanços a serem alcançados nos processos de licenciamento de grandes obras. As propostas de mudanças no licenciamento apresentadas em ambos os programas limitam-se a propor um processo mais eficiente, sem exigir que se torne mais efetivo, mais transparente, com órgãos ambientais estruturados e com mais independência técnica. Parece anunciar-se, assim, que, nos próximos quatro anos, será reproduzido um modelo de desenvolvimento para a Amazônia cada vez mais predatório, injusto e antidemocrático.

Questão de vigilância

» VANDERLEI JOSÉ VIANNA
Advogado, é consultor jurídico da Associação Internacional de Liberdade Religiosa para a América do Sul

A liberdade religiosa é direito humano básico assegurado pelas constituições das nações democráticas. Em artigo publicado no jornal *Correio Braziliense* em 17 de fevereiro de 2014, o vice-presidente da República, Michel Temer, enalteceu a liberdade de religião desfrutada no Brasil. Ele citou levantamento feito em 25 países de todos os continentes pela fundação norte-americana Religious Freedom & Business Foundation, que aponta o Brasil na liderança do ranking de país com o índice mais baixo de restrição religiosa. “Somos a nação campeã em matéria de liberdade religiosa, posição garantida em nossa Carta Magna”, comemorou o vice-presidente.

De fato, a liberdade religiosa, assim como o direito à liberdade de informação e expressão, é conquista da sociedade brasileira, e a Constituição de 1988 cimentou a separação entre Igreja e Estado como nenhuma outra antes. Ocorre que, diferentemente do que pensam alguns, a Carta Maior não construiu muro intransponível entre religião e Estado.

Nos termos do artigo 19 da CF, “é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”.

Muitos deixam de observar a ressalva do artigo 19: a Constituição brasileira não

vedou a colaboração entre Igreja e Estado, desde que cada um não sofra interferências ou embaraços. Há que notar, entretanto, que a eventual colaboração esteja firmada “na forma da lei”. A Carta Maior não fechou os olhos para o importante papel da religião na vida da comunidade.

Thomas Jefferson foi o primeiro a utilizar o termo “muro de separação entre igreja e Estado” em 1802, no sentido de se preservar a independência tanto do Estado como da religião. Nunca foi seu pensamento que um não pudesse dialogar com o outro ou agir em áreas comuns de interesse. No entanto, ainda hoje, alguns são defensores do “muro intransponível”. Desconhecem o verdadeiro princípio da laicidade do Estado, confundindo Estado laico com Estado ateu e hostil às religiões.

É impossível desconhecer o papel relevante da religião no Brasil, sobretudo na área do terceiro setor. Na área educacional, por exemplo, impossível ignorar o relevante papel das escolas confessionais. A Associação Nacional de Educação Católica do Brasil, Anec, e a Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas, Abiee, calculam que perto de 4 milhões de alunos no Brasil estudam em escolas de caráter confessional e facultades — católicas, adventistas, batistas, luteranas, espíritas, judaicas. Elas concedem perto de 1 milhão de bolsas de estudos.

Na área da saúde, no país atuam mais de 2.100 hospitais filantrópicos e santas casas

de misericórdia. A maioria tem como mantenedores uma entidade religiosa, que lhe dá suporte e aponta sua visão e missão, pois é do seu carisma e DNA. Isso sem contar as inúmeras entidades de assistência social, como creches, lares de idosos, casas de recuperação de drogados. Mais da metade dos atendimentos hospitalares do SUS são realizados por meio dessas instituições de saúde, segundo dados da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB), a maior rede hospitalar do Brasil.

Estas entidades possuem, “na forma da lei”, inúmeras parcerias com o Estado (União, estados, Distrito Federal e municípios) em colaboração saudável para o interesse público. No entanto, a democracia deve ficar alerta para iniciativas baseadas na visão distorcida do “muro intransponível” que podem criar embaraços para o funcionamento das entidades de caráter religioso, uma vez que centenas e centenas de projetos tramitam no Congresso Nacional possuem nítido viés ideológico e anticlerical, que resultarão em ofensa à saudável liberdade de religião até agora desfrutada pelo país.

A democracia não pode deixar de garantir a plena liberdade de religião admirada por outras nações do planeta, que é importante, inclusive, para os negócios e para o desenvolvimento social. Como Thomas Jefferson, temos de insistir no lema por ele proclamado: “O preço da liberdade é a eterna vigilância”.



ARI CUNHA

DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

aricunha@dabr.com.br
com Circe Cunha // circecunha.dfgdabr.com.br

Eles contra eles

Sem dúvida nenhuma, a imprensa nacional é que mais perderia com uma possível derrota do PT nas eleições de domingo. Constantemente abastecida por fatos, na sua grande maioria negativos, a mídia não tem do que se queixar dos 12 anos de governo petista. Durante todo esse tempo, o Palácio do Planalto, em primeiro plano, se constituiu numa fonte inesgotável de matéria-prima para os noticiários do país, principalmente pelo teor, digamos, pouco republicano de sua atuação. Atrelado, por inércia, ao Executivo, também o Poder Legislativo forneceu grande parte do material que inundaria a imprensa do país com escândalos. Ao Judiciário coube, quase por obrigação de ofício, julgar e condenar as práticas de um governo que não se fez de rogado quando o assunto foi alinhar o Estado às necessidades do partido. “Nunca antes na história deste país” tantas manchetes de capa foram produzidas e tantos artigos e livros foram escritos tendo como tema o jeitinho petista de governar. Embora se conheçam os poderes de uma grande manchete para a venda do produto, ainda não foram feitos os cálculos para saber quanto a mídia em geral, sobretudo a chamada mídia golpista, lucrou com a venda de notícias sobre a era petista. Como não poderia deixar de acontecer no meio dessa relação, artificialmente conflituosa, entre o poder e a imprensa, muitos profissionais foram arrolados em listas negativas do partido. Alguns foram ameaçados, outros sabotados, outros simplesmente citados em palanques como “inimigos do povo”. Para todos, ficou a lição de que a imprensa não é assessoria. Toda a imprensa deve agir com isenção, até quando for a favor.

» A frase que foi pronunciada

“Reconhece-se o amigo certo numa situação incerta.”

Marcus Cícero

Em nada

» Pouco mudou depois da presença do Detran no Setor Comercial Sul. Sem alternativa para estacionar, motoristas param os carros em qualquer lugar, inclusive em locais proibidos. Em caso de necessidade, os bombeiros continuarão sem acesso ao local.

Chuvas

» Em dias de chuva, a engenharia do DER e as administrações regionais precisam sair dos gabinetes para acompanhar os estragos feitos pelas águas. Faltam escoamento, rede pluvial, zonas de contenção de água e, principalmente, planejamento de apoio do governo.

Aterro

» Quem mais vai sofrer com as tresloucadas invasões no cerrado é o lago. Na falta de planejamento, ocorre o assoreamento. Prova disso é a Ponte do Braghetto, que, em breve, será inútil. Até pouco tempo havia gente que pulava da ponte, fazendo acrobacias, e caía gostosamente nas águas do Paranoá. Hoje, se repetirem a cena, vai quebrar a cabeça.

Flyer

» Uma senhora que prefere não ter o nome divulgado explicava sobre os votos que faltaram ao candidato

Aécio. O mineiro ficou magoado com ele. A população toda só recebia panfleto da Dilma. O mineiro pensa assim: “Se só ela me pediu voto, então, eu voto nela”. Depois que o vídeo da reunião de membros dos Correios foi divulgado, os mineiros entenderam que Aécio foi sabotado. O resultado disso será conhecido no domingo.

Vale conhecer

» Uma beleza a Casa do Cantador em Ceilândia. O prédio foi projetado por Oscar Niemeyer como homenagem aos nordestinos do DF. Conhecido como Palácio da Poesia, o lugar fervilha com a cultura dos cantadores.

Senado

» A senadora baiana Lídice da Mata defende que os aposentados que optarem a voltar ao trabalho fiquem isentos da contribuição para a Seguridade Social. A ideia já se transformou em projeto de emenda constitucional e aguarda manifestação do relator da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Outros tempos

» Em um condomínio da Esaf, um morador colocou enorme Bandeira do Brasil na entrada da própria casa. Houve um movimento de protesto. Uma pena que falte patriotismo aos brasileiros.

» História de Brasília

Chamamos a atenção da prefeitura para a demora na ligação da luz nas casas provisórias da Asa Norte (W3). Se essas ligações não forem feitas o quanto antes, surgirá uma indústria que se transportará da Cidade Livre: a dos proprietários de motores. (Publicado em 29/7/1961)